



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Vice-Reitor

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Pró-Reitor de Extensão

Antônio Carlos
Stringhini Guimarães

Vice-Pró-Reitora de Extensão

Sara Viola Rodrigues

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Jusamara Vieira Souza

CONSELHO EDITORIAL

Aron Taitelbaun

Carlos Alberto Steil

Célia Ferraz de Souza

Clovis M. D. Wannmacher

Geraldo Valente Canali

José Augusto Avancini

José Luiz Rodrigues

Lovois de Andrade Miguel

Maria Cristina Leandro Ferreira

Jusamara V. Souza, presidente

Capítulos de História do Rio Grande do Sul

Luiz Alberto Grijó

Fábio Kühn

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Eduardo Santos Neumann

Organizadores

Editora da UFRGS • Av. Paulo Gama, 110, 2º andar - Porto Alegre, RS - 90040-060 - Fone/fax (51) 3316-4090 - editora@ufrgs.br - www.editora.ufrgs.br • *Direção:* Jusamara Vieira Souza • *Editoração:* Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Carlos Batanoli Hallberg (bolsista), Fernanda Kautzmann (bolsista), Fernando Piccinini Schmitt, Gabriela Carvalho Pinto (bolsista) e Luciane Santos de Souza (bolsista) • *Administração:* Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga; suporte administrativo: Ana Lucia Wagner, Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • *Apoio:* Idalina Louzada e Laércio Fontoura.


UFRGS
EDITORA

- TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia sul-rio-grandense: o lugar das Missões jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese (doutorado).
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. Porto Alêgre/São Paulo: Editora da Universidade/EDUSP, 1999.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *Clube de Gravura de Porto Alegre: uma experiência de arte engajada*. São Paulo: PUCSP, 1989.
- TRINDADE, Fernando Casses. "Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas". *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre: UFRGS, v. X, 1982, p. 39-53.
- TRINDADE, Fernando. "A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen". *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre: UFRGS, vol. XI/XII, 1983/1984, p. 35-98.
- TRINDADE, Hélgio. "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974)". In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 153-204.
- TRINDADE, Hélgio. "Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976)". In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil* (vol. II). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 190-235.
- TRINDADE, Hélgio e Noll, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Editora Sulina, 1991.
- WEBER, Regina. *Os inícios da industrialização em Ijuí*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1987.
- WEBER, Regina. "Nacionalidade sem prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí". In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 105-119.
- WEBER, Regina. *Os operários e a colméia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Tese (doutorado).
- WEBER, Regina. *O trabalhador fabril em gestação: depoimentos sobre os anos 30 e 40 no interior do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1998.
- WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o "25 de Julho" em São Leopoldo, 1924-1949*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (mestrado).
- XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. "O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966". In: FLEISCHER, David, V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil* (vol. II). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 145-189.
- ZANFELIZ, Maria, A. C. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Dissertação (mestrado).

A região metropolitana e as "cidades-operárias"*

Regina Weber

Nos anos 80, algumas cidades da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) são vistas ora como cidades-dormitório, ora como municípios que estão se industrializando e gerando empregos em virtude dos distritos industriais, construídos a partir da década de 70. Intelectuais (urbanistas, economistas, sociólogos), administradores públicos, políticos e a imprensa, seja influenciada por aqueles, seja elaborando sua próprias interpretações, veiculam imagens nem sempre convergentes, a partir de ângulos específicos de análise. Partindo de uma pesquisa sobre jovens de famílias operárias, centrada em Cachoeirinha, tentando elaborar uma análise abrangendo diferentes pontos de vista, tanto dos intelectuais, quanto dos que vivenciaram a situação, este artigo propõe a idéia de "cidades operárias" para algumas das cidades da RMPA, buscando relativizar tanto a idéia de cidades-dormitórios quanto a de cidades industrializadas.

A partir do caso de Cachoeirinha,¹ sabe-se que há trabalhadores que moram nesta cidade e trabalham em Porto Alegre ou Gravataí, assim como destas duas cidades ou de Alvorada vêm operários para as fábricas do Distrito Industrial daquela, e sabe-se também que a população de migrantes, que continuou a chegar na cidade, ainda vinha com a velha expectativa de trabalho, particularmente de trabalho industrial. Este estudo está indicando que nas estradas da RMPA tem havido um constante trânsito, nem sempre aquilatável, de trabalhadores, não apenas em função do trabalho, da moradia ou do consumo, mas da reivindicação e do protesto.

As "cidades-dormitórios"

Nos anos 70, a visibilidade de uma "Grande Porto Alegre" existia a partir da percepção de uma continuidade urbana entre a capital e municípios vizinhos (Guaíba, Canoas, Esteio, Sapucaia) quanto à produ-

* A pesquisa que deu origem a este artigo contou com financiamento do CNPq (Bolsa PQ) e dela participaram os bolsistas Gerson Wasen Fraga (PIBIC/CNPQ/UFRGS) e Lairton Pedro Kleinübing (BIC/FAPERGS).

¹ Ver R. Weber, 1998

ção industrial, isto é, a indústria porto-alegrense extravasou os limites da cidade, instalando-se nestes municípios adjacentes.² A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi delimitada pelo Governo do Estado em 1968 em função dos seguintes critérios: a continuidade dos espaços “urbanizados”, medida através de fotografias aéreas; os fluxos de transportes, fundamentalmente de transporte de passageiros; as funções exercidas por cada um dos centros urbanos periféricos ao espaço urbano da capital.³ A questão metropolitana compareceu pela primeira vez na legislação brasileira na Constituição Federal de 1967 e foi institucionalizada pela Lei complementar de 1973. Em 1974 foram criadas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro) e os 14 municípios que compunham a RMPA eram, além da capital, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.⁴

Também o governo municipal de Porto Alegre se preocupava nesses anos com os problemas habitacionais da “região metropolitana”, que estavam dando origem ao fenômeno das “cidades dormitórios”, resultado do descompasso entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho.⁵ Para compreendermos este fenômeno, é necessário analisar os processos de industrialização e aumento dos fluxos migratórios conjuntamente com o processo de ocupação das terras urbanas (loteamentos).

O processo de industrialização que se intensificou no pós-guerra estava concentrado, até os anos 60, em Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo. A partir de meados desta década, também no eixo norte da região (ao longo da BR-116), Canoas e, com menor peso, Sapucaia do Sul e Esteio, começam a adquirir importância. “Na década de 70, a construção da BR-290, que ligou Porto Alegre à BR-101 (litorânea), favoreceu a implantação de indústrias no eixo leste-nordeste – Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada”.⁶ Enquanto a indústria se desenvol-

2 Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Ed. da USP, 1968.

3 Fundação de Economia e Estatística (FEE). *Região Metropolitana de Porto Alegre*. informação e análise. Porto Alegre: FEE, Metroplan, 1988, p. 39.

4 *Id.*, p. 28.

5 Ver estudo da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) de 1967 (*apud* Carrion, p. 249).

6 Carrion, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989, p. 228.

via, a atividade agrícola entrava em estagnação a partir da década de 50, gerando expulsão da população do campo, que se dirigia para outros Estados (Paraná, Santa Catarina) ou para centros urbanos, notadamente para a RMPA. Em 1970, metade da população da região metropolitana era constituída por migrantes, estabelecidos principalmente em Esteio, Cachoeirinha, Alvorada, Sapucaia do Sul e Canoas, e, no período 1940-1980, as áreas que correspondem aos atuais municípios de Cachoeirinha e Alvorada foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional.⁷

Na década 80, principalmente na primeira metade, as consequências do êxodo rural são uma preocupação dos administradores. A análise dos dados do Censo de 1980, associam o êxodo rural com o aumento da população “em cidades como Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, os chamados municípios dormitórios de Porto Alegre”.⁸ Em Cachoeirinha, que dobrou sua população na década de 70, surgiram mais de uma dezena de vilas irregulares, algumas sem água ou luz. As declarações do prefeito – que, ao garantir que ninguém seria despejado, foi acusado pelos oponentes políticos de estar montando “currais eleitorais” – explicitam o fenômeno sociologicamente: “eles chegam, se acomodam e depois vão buscar os parentes que ficaram no interior”.⁹ Se muitos dos migrantes das décadas anteriores conseguiram o almejado emprego na capital, como demonstram as trajetórias de vida colhidas pela pesquisa, a crise do início de década de 80¹⁰, que deixou sem emprego operários que já estavam alocados (as levas de demissões, principalmente nos setores metalúrgicos e de construção), tornava difícil a situação dos novos migrantes. Um Seminário de Planejamento Participativo, com a presença de 30 líderes comunitários, realizado em Cachoeirinha em 1981, concluiu que havia necessidade de aumentar a oferta de empregos para atender a grande massa de migrantes. No final da década, contudo, estes ainda são alvo de ações assistencialistas, enfrentando problemas de segurança, trabalho, saúde e falta de documentos.¹¹

7 *Id.*, p. 229-230.

8 “IBGE afirma: aumenta o êxodo rural no estado”, *Zero Hora*, n. 5.507, 23 out. 1980, Geral, p. 7.

9 *Zero Hora*, n. 5534, 19 nov. 1980, Geral, p. 28.

10 Ver Tatsch, 1990.

11 *Zero Hora*, n. 5729, 3 jun. 1981, Grande Porto Alegre, p. 32; “LBA lança em Cachoeirinha o ‘Mutirão Legal’”, *Zero Hora*, n. 8248, 9 abr. 1988, Geral, p. 34 e *Zero Hora*, n. 8.250, 11 abr. 1988, Geral, p. 29.

A migração de pessoas do sul de Santa Catarina para Cachoeirinha não era uma novidade,¹² mas em tempos difíceis, esses migrantes pobres chamam a atenção como um problema a mais para os administradores do Estado. Para conter a ocupação indiscriminada dos espaços públicos pelos migrantes, a Prefeitura de Cachoeirinha destina-lhes, em 1981, uma área de mais de 400 mil metros quadrados:

Ao justificar a medida, o prefeito disse que um dos maiores problemas do município é a constante migração, vinda principalmente do vizinho estado de Santa Catarina. Centenas de pessoas, sem condições de sobrevivência nas suas comunidades, tentam uma solução na capital gaúcha. Como não conseguem se instalar ali procuram, então, uma localidade próxima para residir, surgindo então a cidade de Cachoeirinha como a alternativa mais próxima. Dado suas péssimas condições e baixo poder aquisitivo, disse o prefeito, agregam-se na região metropolitana, o mais perto possível do mercado de trabalho. Em Cachoeirinha ocupam todas as áreas disponíveis, destinadas pela administração para praças e áreas de lazer.¹³

Observando os acontecimentos sob outro ângulo, vemos que já na década de 40 o avanço das indústrias e da população de menor poder aquisitivo em Porto Alegre dava-se ao longo da avenida Assis Brasil, em direção aos limites com Gravataí e Viamão (na época, Cachoeirinha e Alvorada, respectivamente). Em vários municípios da região metropolitana constroem-se loteamentos nessa década, entre eles os que hoje constituem as sedes dos Municípios de Cachoeirinha (Vila Cachoeirinha) e Alvorada (Vila Passo do Feijó). As leis municipais que passaram a regular os loteamentos na década de 50, particularmente as que foram aplicadas com maior rigor pelo município de Porto Alegre, vão ocasionar um aumento populacional nos municípios vizinhos onde os lotes, desprovidos de infra-estrutura (rede de água, sistema de esgoto pluvial e cloacal, iluminação e pavimentação) e áreas de uso público (praças, escolas e outros equipamentos), eram mais acessíveis:

Concomitantemente ao estabelecimento, por parte de algumas administrações municipais, de determinadas restrições legais para novos loteamentos, verificou-se o redirecionamento da ocupação urbana. Áreas novas, situadas em municípios que não dispunham de legislação própria ou cuja legislação era menos rigorosa e a fiscalização ineficiente,

12 Ver Mombach, p. 112.

13 "Cachoeirinha destina área de 411 mil metros quadrados para migrantes". *Zero Hora*, n. 5.732, 6 jun. 81, Grande Porto Alegre, p. 23.

passaram a ser objeto de rápida ocupação. Por se situarem junto à divisa com Porto Alegre, Alvorada e Cachoeirinha são, talvez, os exemplos mais evidentes desse processo.¹⁴ (Carrion, p. 233)

Para viabilizar isso que Carrion denomina "padrão periférico de moradia"¹⁵ foi decisiva a disseminação do transporte coletivo, que permitia a conexão com os centros de comércio e serviços e os locais de emprego.¹⁶ É por isso que nessas áreas os problemas que envolviam as rotas de ônibus eram tão nevrálgicos, como ficou evidenciado nos "quebra-quebras" do início da década de 60 em Cachoeirinha, antes da emancipação do município, quando ônibus foram incendiados e apedrejados pela população.¹⁷ Observando-se que a maior parte das linhas fazia o trajeto Gravataí – Porto Alegre, passando por Cachoeirinha, os protestos com relação ao sistema de transportes eram maiores nesta cidade, pois, como afirma um entrevistado, "a maioria [dos ônibus] já vinha cheio de Gravataí". "Havia apenas uma empresa de transportes coletivos que operava em Cachoeirinha, em péssimas condições de manutenção e atendendo apenas aos usuários próximos à avenida principal, a Flores da Cunha. Esta situação foi uma das que foi alvo da ação dos grupos de bases (as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs), que através de manifestações de protestos e audiências com autoridades municipais e proprietários de empresa, obtiveram alguns resultados, como a extensão do percurso dos ônibus pelo interior das vilas.¹⁸ Mas ao longo da década de 80 as queixas continuaram: em 1o de maio de 1987, as Associações de Moradores fizeram uma passeata protestando contra ônibus superlotados, sujos e que não cumprem horários; em setembro de 1989 passageiros apedrejaram um ônibus que estragou no percurso Cachoeirinha-Porto Alegre.¹⁹

14 Para o caso de Alvorada, ver Rigatti (1983).

15 "A situação periférica refere-se tanto a áreas espacialmente afastadas dos pontos mais centrais, onde estão concentradas as oportunidades de emprego, consumo, lazer, os equipamentos sociais, etc. e onde o solo é mais valorizado, quanto a áreas desprovidas de infra-estrutura satisfatória e compatível com as necessidades de moradia, mesmo que centralmente situadas" (Carrion, 244).

16 Carrion, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua Região Metropolitana. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989, p. 234.

17 Sobre o assunto, ver os textos de Monbach (p. 107-109) e Teixeira (p. 56-60), que apresentam alguns dados conflitantes.

** A pesquisa em Cachoeirinha entrevistou pessoas, quase sempre do sexo masculino, que nasceram na década de 60, prioritariamente, e 50, todas fora da cidade, tendo para lá se transferido posteriormente com suas famílias ou parentes. Os depoimentos não serão identificados.

18 Dvoranovski, Clóvis. *O processo de constituição de sujeitos políticos mediante a articulação entre o sociopolítico e o religioso*. As comunidades Eclesiais de Base em Cachoeirinha (RS), 1976-1985. Porto Alegre, UFRGS, 1990. Dissertação de mestrado em Sociologia, p. 80.

19 Associações reclamam contra os transportes, *Zero Hora*, n. 7.904, 2 maio 1987, Geral, p. 25; Passageiros apedrejam ônibus, *Zero Hora*, n. 8762, 2 set. 1989, Transportes, p. 31.

Observe-se que o alto custo da habitação em Porto Alegre não apenas fazia com que os migrantes se instalassem nas cidades periféricas visando, prioritariamente, o mercado de trabalho da capital, mas teria também ocasionado um “êxodo” de habitantes da capital para a região metropolitana nos anos 80. Alguns destes “retirantes” seriam pessoas que, na década de 70, teriam ocupado postos de trabalho nas indústrias da periferia e que, pressionados pelo custo do transporte e da habitação, passam a residir nestas cidades na década seguinte.²⁰ (Porto Alegre, nestes casos, teria funcionado, por algum tempo, como cidade-dormitório.) Na análise de Rigatti,²¹ o que ocorreu foi uma segregação espacial da população trabalhadora nestes municípios da RMPA (Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí) com “função residencial” (ou de reprodução da força de trabalho), incentivada pelo Estado, que facilitou as ligações viárias entre estes municípios e Porto Alegre, onde se localizaria o setor de produção.^{22, 23} O caso de Alvorada é extremo, havendo no município, no início dos anos 80, vilas que possuem linhas de ônibus que as conectam diretamente com a capital do Estado.²⁴ Um levantamento realizado pela Metroplan – Fundação Metropolitana de Planejamento – em 1979 apontou que, da população economicamente ativa desta cidade (58% do total da população), 78,3% trabalhavam em Porto Alegre, 17,7% trabalhavam em Alvorada e 4% trabalhavam em outros municípios da RMPA, o que demonstraria que Alvorada seria um grande bairro residencial da capital.²⁵ Um metalúrgico, morador de Cachoeirinha, que acompanhou a transferência de sua empresa de Porto Alegre para Gravataí, conta que em seu setor, onde trabalham atualmente mais de cem pessoas, poucas são de Gravataí, e a grande maioria é de Alvorada. Segundo Carrion,²⁶ a construção dos distritos

20 “Região Metropolitana: a vida é mais barata fora de Porto Alegre”, *Zero Hora*, n. 8338, 8 jul 1988, Geral, p. 26-7. As reportagens são comentários sobre a pesquisa “Custo de Consumo Final da Habitação”, de Otilia Carrion.

21 Rigatti, Décio. *Formação de áreas urbanas com função de habitação na RMPA: o caso de Alvorada 1948-1980*. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 1983. Dissertação de mestrado, p. 183.

22 *Id.*, p. 164.

23 Exemplificando as divergências nas avaliações acadêmicas do mesmo processo histórico, destaca-se que, em sua análise dos “padrões funcionais” da RMPA, Rigatti – cujo texto é o mais antigo dos aqui citados – minimiza o processo de industrialização das cidades localizadas no eixo da BR-290, que cumpriram o papel da “função de habitação”, mas o reconhece para as do eixo da BR-116. Ver seu gráfico na p. 192.

24 *Id.*, p. 205.

25 *Id.*, p. 163.

26 Carrion, *op. cit.*, p. 240.

industriais de Cachoeirinha e Gravataí, paralelamente à construção da auto-estrada (BR-290), com a conseqüente realização de obras complementares de infra-estrutura, produziram uma certa valorização dos seus terrenos, deixando Alvorada, Sapucaia do Sul e Viamão como opções mais baratas em termos de uso residencial.

Os loteamentos feitos nos municípios da RMPA nos anos 50 superavam a demanda do mercado por lotes, mas essa “retenção especulativa de terras, à espera de maior valorização”, por demanda de lotes e pela expansão da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos,²⁷ contribuíram para o fenômeno das vilas irregulares ou clandestinas, ocupações, por centenas de famílias, de terras quase sempre pertencentes a “um só proprietário”:

Inicialmente, a ocupação deste município [Cachoeirinha] se deu de forma desordenada ao longo da Av. Flores da Cunha, única via que dá acesso a Porto Alegre. Em seguida, houve implantação de conjuntos habitacionais, loteamentos e, nos últimos anos, ocupações clandestinas de áreas do Poder Público e de proprietários particulares.^{28, 29}

É bastante freqüente, nas entrevistas, a menção às ocupações, particularmente quando explicam o crescimento desordenado de algumas áreas, onde se concentravam as populações que vinham de fora da cidade, como as vilas a que se tem acesso pela “parada 59”. “A cidade de Cachoeirinha tem essa história de invasão”, diz um entrevistado. Na avaliação de um líder político, 30% das áreas de Cachoeirinha são invadidas. Observe-se que as ocupações são um fenômeno expressivo nos anos 80, isto é, a maior parte da família dos entrevistados, que chegaram na cidade quase sempre nos anos 70, adquiriu, senão a casa, pelo menos seu lote, sendo recorrentes lembranças de se “levar a casa”, isto é, transportar casas de madeira em caminhões e reconstruí-las novamente, e de autoconstrução, ambos processos constituindo o que Maricato³⁰ descreve como “assentamento residencial da classe trabalhadora urbana, oriunda dos fluxos migratórios” desconhecidos pelo Estado.

27 *Id.*, p. 236.

28 Dvoranovski, *op. cit.* p. 17.

29 Este autor oferece um ilustrativo relato de um morador, que, expulso de seu lote, iniciou a ocupação de outra área na cidade (Dvoranovski, p. 66-70). Sobre a concentração da propriedade da terra e, posteriormente, dos loteamentos em Alvorada, ver Rigatti (1983, p. 88-89).

30 Maricato, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982, p. 74.

Toda aquela infra-estrutura que os loteamentos (adquiridos ou invadidos), por falta de restrições ou por ausência de fiscalização, deixaram de fornecer foram, posteriormente objeto de reivindicações dos movimentos populares:

A canalização do esgoto saiu por conta da prefeitura. Agora, o resto foi tudo batalhado. Quando eles calçaram a rua a gente teve que pagar. Foi feito movimento e tudo, a prefeitura aceitou dar a mão de obra, conseguir uma ajuda no material e tal. Mas o pessoal pagou. Já o asfalto o governo do Estado botou. Questão de campanha política, aí, de eleição... Não deu trabalho pra conseguir. Agora, a maioria das coisas é na base da... da pressão [metalúrgico, pai adquiriu o terreno em 1978].

Ante a pressão dos "vileiros", a Prefeitura de Cachoeirinha passou a embargar loteamentos que não cumpriam a legislação quanto às obras de infra-estrutura.³¹ Dvoranovski³² mostra como os grupos de base ligados à Paróquia Na. Sra. de Fátima apoiaram, no final da década de 70, a transferência de moradores instalados em áreas de conflitos para novas áreas e como estes grupos participaram da organização e mobilização para a conquista de equipamentos básicos de infra-estrutura (luz, água encanada, esgoto), a par da construção da capela local. Instaladas as vilas, começam as reivindicações por postos de saúde e transportes e, ante a recusa dos empresários de transportes de estender itinerários de ônibus aonde não havia calçamento, aparecem os movimentos por pavimentação de ruas.^{33,34} Em 1979, quatro jovens universitários de classe média, vindos de Porto Alegre, passaram a residir na Vila Fátima, definida como uma "vila operária", atuando como agentes sociais.³⁵ O prolongamento destes movimentos, atingindo o âmbito educacional do município, com a participação do próprio Dvoranovski, teve repercussão em meados dos anos 80:

As origens do processo educacional que se desenvolve atualmente no município de Cachoeirinha estão num trabalho de animação religiosa e

31 Vileiros de Cachoeirinha realizam ato público, *Zero Hora*, n. 6183, 29 ag. 1982, Geral, p. 26; Cachoeirinha embarga loteamento de 700 lotes, *Zero Hora*, n. 6476, 17 jun. 1983, Geral, Grande Porto Alegre, p. 28.

32 Ver p. 81.

33 Dvoranovski, *op. cit.*, p. 91.

34 Sobre a presença de Pe. Sérgio em manifestações contra o monopólio no serviço de transporte coletivo, ver *Zero Hora*, n. 5495, 11 out 1980, Geral, p. 6. A atuação do Pe. Sérgio Fritzen é destacada por Mombach (p. 113).

35 Fischer, Maria Clara Bueno. *Do agente ao educador popular*. Porto Alegre: UFRGS, 1987. (Dissertação de mestrado em Educação)

comunitária iniciado em 1976, no âmbito da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, uma área de concentração operária e de invasão, onde vive praticamente dois terços da população do município [...]

Grupos de estudo bíblico, pastoral, histórico da Igreja, leis trabalhistas começaram a se organizar, ao mesmo tempo em que eram encaminhados movimentos reivindicatórios por água, luz, saneamento nas diversas vilas abarcadas pela paróquia [...]

Essa organização se manifestou no apoio à greve da construção civil, em 1979, na Grande Porto Alegre, e no interesse e ligação com os movimentos dos sem-terra no Estado. Outra expressão do movimento de base foi a procissão ecológica em defesa do rio Gravataí, que reuniu oito mil pessoas, em 1980. No preparo dessa manifestação se envolveram grupos de mães, associações, escolas, grupos de jovens, que trabalharam três meses aglutinando representações de Gravataí, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha [...]

Outro interesse dos moradores por Educação faz brotarem pressões pela construção de escolas, com base em levantamentos que mostrava essa necessidade.³⁶

Mais grave foi a situação das ocupações de áreas impróprias para habitação, como é o caso da população que se estabeleceu às margens do rio Gravataí, cujas enchentes produziam, periodicamente, uma população de flagelados, até a construção do dique em 1988.³⁷ A prefeitura sempre procurou deslocar os moradores das áreas ribeirinhas para outros lugares.³⁸

Um outro fenômeno de década 80, relacionado com a questão da habitação, o das invasões de conjuntos habitacionais, tem origem nas décadas anteriores. O funcionamento do mercado de terra e de habitação sofreu mudança com a criação do Banco Nacional de Habitação em 1964 e com a estruturação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os novos loteamentos na RMPA, que haviam diminuído a partir de meados dos anos 60, são retomados na segunda metade da década de 70, mas na forma de conjuntos habitacionais, acompanhando o redirecionamento da atuação do BNH para um segmento popular com maior renda (três a cinco salários mínimos). A recessão econômica do

36 Agora, o objetivo é ampliar o processo, *Zero Hora*, n. 7.166, 29 abr. 1985, Educação Popular – Final, p. 36-37. A parte inicial da reportagem está em *Zero Hora*, n. 7.165, 28 abr. 1985, Geral (Educação Popular), p. 36-38.

37 O "sistema de proteção contra inundações" foi inaugurado em junho de 1988, ainda inacabado, sem a casa de bombas definitiva, operando com um equipamento de emergência para evitar alagamentos (Cachoeirinha protegida contra as inundações, *Zero Hora*, n. 8318, 18 jun. 1988, Geral, p. 25; Cachoeirinha livre das cheias, *Zero Hora*, n. 8.427, 4 out. 1988, Geral, p. 37; ver tb. n. 8.420, Geral, p. 41)

38 Vila de Cachoeirinha apela por água potável, *Zero Hora*, n. 6149, 26 jul. 1982, Geral, p. 37; Cachoeirinha desloca moradores das vilas, *Zero Hora*, n. 7492, 19 mar. 1986, Geral, Grande Porto Alegre, p. 37.

início dos anos 80 vai, por um lado, aumentar a parcela da população que, por falta de poder aquisitivo, estava fora deste tipo de investimento e, por outro, dificultar a comercialização destas unidades habitacionais.³⁹ Um enorme *déficit* habitacional e conjuntos habitacionais vazios ocasionaram o fenômeno das invasões em vários Estados do país; para o Rio Grande do Sul ele já havia sido previsto por urbanistas como Rigatti (1983) e deu-se em 1987:

A corrida da habitação na Região Metropolitana começou em Alvorada no dia 11 de abril de 1987. Às 13h30min daquele sábado, famílias inteiras começaram a ocupar os 2.040 apartamentos construídos pela Cohab. No meio da tarde, o fluxo de pessoas se assemelhava a um formigueiro. Todas transportavam móveis e alimentos nas costas. Esta foi a centelha que se espalhou por Porto Alegre, Canoas, Viamão, Guaíba e Gravataí, entre outras cidades, e gerou a maior onda de invasões urbanas já vista no Rio Grande do Sul. Estima-se que perto de 100 mil pessoas participaram das ocupações.⁴⁰

Em Cachoeirinha, o conjunto invadido foi a Granja Esperança e em Gravataí, a Morada do Vale I. A invasão da Granja Esperança teve o respaldo da Prefeitura de Cachoeirinha, o que atenuou a repressão, mas, em outros núcleos, a ação da Brigada Militar deixava pessoas feridas ou presas.⁴¹ Uma professora conta que alguns alunos de sua escola, e mesmo um professor, estavam entre os que invadiram os imóveis da Granja, deixando de vir à escola nesses dias para assegurar seu lugar.

Para o período de 1981-1985, quando a população dos municípios de Cachoeirinha e Gravataí continuava a crescer, a implantação de lotes e unidades habitacionais estagnava:⁴² a consequência disto, além das invasões de conjuntos habitacionais desocupados, foi o contínuo crescimento das áreas de subabitação (vilas irregulares).

39 Carrion, *op. cit.* p. 238.

40 Uma década de moradias irregulares. *Zero Hora*, 13 jul. 1997, p. 32-3. Geral. As COHABs eram as Companhias de Habitação Popular dos Estados e Municípios, que compunham os programas habitacionais do BNH.

41 Um ano de invasão, *Jornal de Cachoeirinha*, v. II, n. 20, 27 abr. 3 maio 1988, p. 6-7. No ano de 1987, *Zero Hora* trazia diariamente notícias das invasões: sobre o confronto policial em Gravataí ver edição n. 7996 (3 ag. 1987, Geral, p. 41); para um quadro geral, ver 8147 (31 dez. 1987, *Jornal do Ano*, p. 18).

42 De Toni, Jackson; Ortiz, Romeu F. *O processo de consolidação e transformação das "cidades-dormitórios" na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo dos impactos dos distritos industriais nas cidades de Cachoeirinha e Gravataí e suas relações com Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 92.

Na imprensa dos anos 80, as perspectivas positivas quanto à industrialização crescente de Gravataí e Cachoeirinha, o que é analisado a seguir, conviviam com as persistentes imagens das "cidades-dormitórios", manuseadas quase sempre quando se tratava de analisar os contínuos problemas de transporte na região. Por exemplo, um aumento do preço das passagens dos ônibus poderia significar uma "ameaça de desemprego nas chamadas *ciudades dormitorio*s de Porto Alegre".⁴³ Os jornais locais não costumavam usar essa imagem na década de 80, a não ser para negá-la, mas, na crítica ao transporte, enfatizam que "Milhares de trabalhadores cruzam diariamente o trajeto Porto Alegre – Cachoeirinha e vice-versa, indo e vindo do serviço, passeando ou até mesmo fazendo compras".⁴⁴ O congestionamento da zona urbana de Cachoeirinha era atribuído ao "fluxo, especialmente de trabalhadores que vão para Porto Alegre".⁴⁵ A crescente criação de linhas de ônibus com destino a Porto Alegre (14 em 1981) é usado como argumento, em estudo acadêmico dos anos 90, para afirmar que, apesar dos distritos industriais, "expressiva parcela da mão-de-obra local continuava vinculada ao centro metropolitano".⁴⁶ Um estudo sociológico aponta que as áreas menos valorizadas em termos habitacionais de Cachoeirinha eram uma alternativa para aqueles que, desde a década de 50, buscavam empregos na Grande Porto Alegre, e que, para o período 1976-1985, como o comércio e a indústria locais absorvem pouca mão-de-obra, "a maior parte dela se desloca, diariamente, para outros municípios mais industrializados como Gravataí, Canoas e Porto Alegre".⁴⁷

Em Porto Alegre, a informação que, nas horas de "pique", passavam pelo corredor da avenida Assis Brasil (que dá acesso à Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí) cerca de 18 mil passageiros por hora apenas numa direção, motivava a demanda de um outro metrô, a exemplo do que seria inaugurado na direção Canoas-Novo Hamburgo.⁴⁸ A experiência de implementação, em 1985, de dois hospitais estatais, um em Cachoeirinha, outro em Alvorada, através da Metroplan, considerou a

43 "Passageiros revoltados com passagens mais caras", *Zero Hora*, n. 5.629, 23 fev. 81, Geral, p. 39 (grifo meu).

44 *Cachoeirinha Especial*, ano I, n. 13, 17 set. 1980, p. 13. Esse periódico defendia a encampação da empresa SOGIL, que fazia a linha Cachoeirinha-Porto Alegre, p. 2.

45 "Dner estuda novo trevo de acesso para Free-Way", *Zero Hora*, n. 6.566, 15 set. 1983, Geral, Grande Porto Alegre, p. 38.

46 De Toni, Ortiz, *op. cit.*, p. 53.

47 Dvoranovski, *op. cit.*, p. 18.

48 "Metrô", *Zero Hora*, n. 7.079, 1º fev. 1985, Economia, p. 29.

população destas cidades como “composta, em grande parte, de assalariados que permanecem apenas à noite e nos fins de semana”.⁴⁹ Após a invasão da Granja Esperança, estudos da Metroplan respaldaram a criação de uma linha de ônibus, reivindicada pelos moradores, que conectou o bairro (além da Vila Anair) a Porto Alegre.⁵⁰ Em resumo, diversos estudos e eventos indicam uma relação bastante estreita dos trabalhadores de Cachoeirinha e outras cidades com Porto Alegre.

Entre os entrevistados, a expressão “cidade-dormitório” é usada para descrever uma situação passada de Cachoeirinha, genericamente situada na década de 70. A instalação das indústrias nos anos 70, no Distrito Industrial, não teria modificado de imediato esta situação, de um lado, porque muitas destas empresas só admitiram localmente mão-de-obra menos qualificada, trazendo seus quadros mais qualificados da capital (ver a seguir), de outro, porque os mais velhos, já empregados na capital, não trocaram de emprego:

É, ali [Distrito Industrial], os que foram trabalhar... eram principalmente os mais jovens, porque os mais velhos tinham emprego em Porto Alegre. Que Cachoeirinha até aquele momento era uma cidade-dormitório, né. Então as pessoas tinham emprego, daí que as pessoas mais velhas, até com mais responsabilidades, prá manter a estabilidade, mantinham o emprego, né, e não arriscavam em se transferir para ali. Tem muitas pessoas que... se aposentaram trabalhando em Porto Alegre, conheço diversas que se aposentaram trabalhando em Porto Alegre, nunca trabalharam em Cachoeirinha, mesmo morando a vida inteira em Cachoeirinha. E quem estava, por exemplo, na Álbarus em Porto Alegre, ou na Zivi, que eram as grandes... que absorviam a maior parte da mão-de-obra, não queria correr o risco de trabalhar numa empresa menor, que muitas vezes do ponto de vista de... benefícios sociais oferecia menos, de rancho, de assistência médica e tal, então essas pessoas já permaneciam onde estavam. A não ser depois quando a rotatividade passa a acontecer independente da vontade das pessoas [chegou em Cach. em 1971; trabalhou no ramo do vestuário].

Para outro informante, que pertenceu a um grupo de jovens cujos referenciais culturais estavam em Porto Alegre, Cachoeirinha seria uma cidade-dormitório pela quantidade de migrantes, principalmente de Santa Catarina, não absorvidos pelos mercado de trabalho local, e pelo fato da cidade não possuir alternativas culturais: sem cinema, poucas praças, poucos equipamentos recreativos.

49 *Zero Hora*, n. 7.201, 3 jun. 1985, Geral, Grande Porto Alegre, p. 34.

50 Um ano de invasão. *Jornal de Cachoeirinha*, v. II, n. 20, 27 abr. 3 maio 1988, p. 6.

As cidades “industriais”

É dos anos 70 a iniciativa do governo estadual de criar os “distritos industriais”, em cuja execução deveriam ser fundamentais: a incorporação de novas tecnologias, a adoção de normas que se preocupassem com o meio ambiente, a eficiência operacional e a busca de fontes energéticas alternativas. Superando os limites da indústria tradicional, os distritos deveriam se tornar abrangentes, buscando segmentos industriais mais dinâmicos.⁵¹

A localização viária, tanto de Cachoeirinha quanto de Gravataí, foi um incentivo à instalação das indústrias, cuja efetivação adquire mais visibilidade na década de 80:

Cachoeirinha está privilegiada quanto à acessibilidade. Situa-se dentro de um anel viário, formado pela BR-290, RS-118 e a projetada auto-estrada Porto Alegre – Novo Hamburgo, que atribui vantagens sobre os demais municípios da Região Metropolitana, inclusive Viamão (município mais antigo) atraindo principalmente atividades de porte. O exemplo concreto disso é o Distrito Industrial que conta atualmente com inúmeras indústrias, o que proporciona maior número de empregos, garantindo a continuidade do crescimento apresentado nos últimos anos.⁵²

A Moore Formulário Limitada, que detém 35% do mercado nacional de formulários, inicia este mês a construção de uma fábrica no Distrito Industrial de Gravataí, com perspectivas de inauguração para novembro. Para tanto, a empresa investirá Cr\$ 6,19 bilhões e criará 115 novos empregos diretos... [...] Para o Moore, que domina 70% do mercado gaúcho no ramo de formulários, a instalação no Distrito Industrial de Gravataí se deve, fundamentalmente, à localização estratégica em termos de saída para todos os Estados, já que a empresa visa exportar parte de sua produção, especialmente para a Argentina e Chile.⁵³

A própria escolha do local para instalação do complexo Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS – e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – CIERGS –, inaugurado em julho de 1987, é uma confirmação da “localização estratégica”:

51 De Toni, Ortíz, *op. cit.*, p. 59.

52 “Formação política e histórica da cidade”, *Jornal de Cachoeirinha*, n. 23, 18-24 maio 1988. Caderno Especial (Cachoeirinha 22 anos), p. 2. Sobre a decisão da Miliopã Porto Alegre Produtos Alimentícios Ltda. de instalar-se em Cachoeirinha em 1987, ver “Miliopã chega a 550 mil unidades por mês”, *Jornal de Cachoeirinha*, v. II, n. 8, 28 jan. 1988, p. 3.

53 “Moore investe Cr\$ 6,1 bi no distrito de Gravataí”, *Zero Hora*, n. 7071, 24 jan. 1985, Economia, p.23.

ele está situado na Av. Assis Brasil, 8.787, próximo a um viaduto da RS-290 (a *free-way*), na divisa de Porto Alegre com Cachoeirinha.⁵⁴

Efetivamente houve a instalação de indústrias nos distritos industriais que estavam sendo criados, definindo um certo perfil para cada um; no caso de Cachoeirinha, o do ramo metal-mecânico:⁵⁵

Os três distritos industriais, apoiados pelo BNDE têm vocações distintas. O de Cachoeirinha, localizado na Grande Porto Alegre, abriga principalmente empresas do setor mecânico metalúrgico, que não tinham mais condições de expansão na capital do Estado.

O Distrito Industrial de Gravataí também está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, ao longo da estrada Porto Alegre-Osório. Este D.I. aproveita a vocação industrial da região e tem, em sua maior parte, empresas de médio e grande porte, produtoras de bens de capital.

O Distrito Industrial de Rio Grande [...] mantém estreita vinculação e dependência das atividades portuárias [...] Já implantadas, funcionam fábricas de fertilizantes e de beneficiamento de soja.⁵⁶

Os distritos da RS-030 continuam a ser ocupados ao longo da década de 80, havendo ainda alguns poucos lotes disponíveis em 1989. O de Gravataí é considerado o mais bem-sucedido, com empresas de grande porte que geraram 15 mil empregos; o de Cachoeirinha mantém a especialização metal-mecânica com empresas de pequeno e médio porte, que deram origem a 5 mil empregos,⁵⁷ reforçando, portanto, o segmento dos metalúrgicos, que já possuía expressão na cidade pelo número de operários que se alocaram em metalúrgicas da capital, pois, segundo a anedota popular, o sonho dos catarinenses que chegavam à Cachoeirinha era “trabalhar no ZIVI, comprar uma bicicleta e um radinho de pilha”.^{58,59} Na primeira metade da década de 80, os

54 *Jornal de Cachoeirinha*, ano I, n. 2, 16 dez. 1987, p. 3.

55 O grande destaque da cidade tinha sido, até então, a fábrica de conservas Ritter, criada na segunda década do século XX (Mombach, p. 30).

56 “BRDE dá Cr\$ 415 milhões aos Distritos Industriais”, *Zero Hora*, n. 5.488, 4 out. 1980, *Economia*, p. 19. Ver também “Governo vai ocupar “espaços vazios” com mais indústrias”, *Zero Hora*, n. 5.741, 15 jun. 1981, *Executivo estadual*, p. 10.

57 “CEDIC oferece terras baratas nos distritos”, *Zero Hora*, n. 8.662, 26 maio 1989, *Informativo Especial (Arrancada Industrial)*, p. 4. Ver também “Progresso é a origem dos problemas das indústrias localizadas no Distrito”, *Jornal de Cachoeirinha*, ano I, n. 1, 10 dez. 1987, p. 3. Sobre a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), ver De Toni e Ortiz (1991, p. 61).

58 Mombach, p. 112.

59 Em uma outra versão, colhida pelas entrevistas, o ideal do migrante era ter uma bicicleta, carteira de trabalho no bolso e trabalhar na Zivi. A Zivi-Hércules, metalúrgica instalada em

metalúrgicos da RMPA – que já eram notícia por suas greves, eleições sindicais e congressos – adquiriram visibilidade na imprensa pelo desemprego que atingiu principalmente seu ramo e o da construção civil. Em maio de 1983, em reunião da Comissão Especial de Desemprego da Câmara Municipal de Porto Alegre, foi divulgado que na área de Porto Alegre, Cachoeirinha e Gravataí existiriam, no setor metalúrgico, cerca de 9 a 10 mil desempregados.⁶⁰ Um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, em reunião com o secretário do Trabalho, alertou que o nível de desemprego em Cachoeirinha, de 6 mil desempregados, significava “risco de uma convulsão social”.⁶¹

Enquanto algumas análises justificavam o aumento da população nas cidades da região metropolitana pelo sua característica de cidades-dormitório, um estudo da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, de 1982, conclui que, além dos planos habitacionais, aplicados irregularmente, foram os distritos industriais que atraíram as pessoas, e que, em Cachoeirinha, o crescimento industrial nos anos 70 estava ocasionando “uma expansão urbana violenta e sem planejamento”.⁶² Em outra reportagem, que divulga os dados de tais estudos, a expansão industrial de Cachoeirinha e Gravataí é medida pelo aumento da oferta de empregos, “diretamente ligado à instalação de distritos industriais naqueles dois municípios”.⁶³ Posteriormente, na visão jornalística, os distritos industriais e seus empregos haviam acabado com a “cidade dormitório”, ainda que tenham causado outros problemas:

Com 67 quilômetros quadrados e 150 mil habitantes, o perfil econômico de Cachoeirinha está obrigando a uma revisão no conceito de que o município não passa de uma cidade-dormitório de Porto Alegre. Território escolhido para a instalação de 68 indústrias, espalhadas por quatro distritos industriais – um do Governo do Estado e três particulares – o município já exhibe um cada vez mais saudável mercado de trabalho que atrai, todos os anos, milhares de famílias...[...] Fruto de um crescimento desordenado, estimulado especialmente pelos baixos preços dos terrenos e pela proximidade com Porto Alegre, a

Porto Alegre, abriu uma nova fábrica (cutelaria) no Distrito Industrial de Gravataí em agosto de 1981 (*Zero Hora*, n. 5.784, 28 jul. 1981, *Informe Econômico*, p. 20).

60 “Reunida comissão de desemprego”, *Zero Hora*, n. 6.433, 5 maio 1983, p. 35.

61 “Dois mil metalúrgicos podem perder o emprego na capital”, *Zero Hora*, n. 6.524, 4 ag. 1983, *Geral*, p. 38. Sobre a demissão em massa de operários da Indústria de Máquinas Wotan, ver “Cachoeirinha: preocupação com demissões”, *Zero Hora*, n. 6.018, 18 mar. 1982, *Geral*, p. 35.

62 “DNOS quer acabar com as cheias do Gravataí”, *Zero Hora*, n. 6.251, 5 nov. 1982, *Geral*, p. 34.

63 “Em 20 anos, o progresso chega a Viamão”, *Zero Hora*, n. 6.302, 26 dez. 1982, *Grande Porto Alegre*, p. 13.

concentração de vilas gerou um sub-produto: a violência, que atinge moradores pobres e de classe média indistintamente e que vem servindo de tema de campanha nestas eleições...⁶⁴

Os projetos de novos distritos industriais certamente devem ter sido influenciados pelas análises favoráveis quanto ao mercado de trabalho, tais como as citadas anteriormente, pois o que estava em destaque, contrapondo-se às restrições dos ambientalistas, era a expectativa da geração de empregos. Ao anunciar a implantação do Distrito Industrial da Restinga, o diretor do Departamento Municipal de Habitação destacava sua finalidade social, "pois [as indústrias] atenderão aos moradores que não têm mercado de trabalho na região e a população economicamente ativa, que normalmente precisa se deslocar 30 quilômetros até o centro da cidade para poder trabalhar".⁶⁵ Da mesma forma, a criação do Distrito Industrial de Canoas, junto a um conjunto habitacional, previa oferta de "emprego para parte dos habitantes daquela região".⁶⁶ A própria idéia, de alguns líderes políticos, de extinção dos distritos industriais, em favor do deslocamento das indústrias para os distritos municipais, o que a imprensa denominou "indústria distrital", supunha o favorecimento da "mão-de-obra que lá existe".⁶⁷

Por várias razões é necessário matizar a idéia da geração de empregos. Primeiro, porque se tratavam, muitas vezes, de empresas que se transferiram de Porto Alegre para as cidades vizinhas e, portanto, na RMPA como um todo, não geraram novos empregos, "vinham com o seu quadro de funcionários completo".⁶⁸ Para "estancar a fuga de pequenas e médias empresas de Porto Alegre para municípios vizinhos, especialmente Cachoeirinha", chegou a ser criada uma Central de Apoio à Pequena e Média Empresa pelo executivo municipal, com a promessa inclusive de terrenos.⁶⁹ Em outubro de 1986, estimava-se que a capital teria perdido quase 20% de suas indústrias.⁷⁰ Na verdade, já no projeto de instalação, previa-se que uma parte do D.I. de Cachoeirinha

64 "As vilas abrigam 60% da população", *Zero Hora*, n. 8.452, 29 out. 1988.

65 "Restinga terá distrito industrial. Com isso, mercado de trabalho será garantido", *Zero Hora*, n. 7704, 16 out. 1986, Geral, p. 44. Ver também *Zero Hora*, n. 7.749, 29 nov. 1986, Geral, p. 35.

66 "Criado o distrito industrial de Canoas", *Zero Hora*, n. 8.512, 28 dez. 1988, Geral, p. 42. Sobre a crítica dos ecologistas, ver *Zero Hora*, n. 8.496, 12 dez. 1988, Geral, p. 33.

67 *Zero Hora*, n. 6.105, 12 jun. 1982, Política, p. 10.

68 Mombach, p. 112.

69 "Fuga de empresas", *Zero Hora*, n. 7190, 23 maio 1985, Economia, p. 23.

70 "Capital perde 18,78% de suas indústrias", *Zero Hora*, n. 7718, 30 out. 1986, Economia, p. 28.

fosse ocupada por empresas de Porto Alegre que buscavam realocação.⁷¹ Depois de um certo tempo, é provável que a empresa passasse a contratar mão-de-obra local, como é ilustrado pelo caso da fábrica Doormann, de embalagens plásticas, que se transferiu para Cachoeirinha no final de 1987, precisando, inicialmente, contratar ônibus para transportar seus empregados que moravam, na sua maioria em Porto Alegre e Alvorada.⁷²

Confirmando o que disse um entrevistado já citado, que as empresas que se transferiram para Cachoeirinha com seu quadro de pessoal qualificado, abriram espaço apenas para a mão-de-obra menos qualificada, constituída por jovens, relembra um destes que por lá passou: "e eu que inclusive já trabalhei no Distrito também, muita gente que eu conheço, da minha idade, passou pelo Distrito; e os trabalhadores do Distrito, são trabalhadores dessa faixa assim, sabe, dos que tavam começando o trabalho, a trabalhar nos anos oitenta". Outro entrevistado, que também entende que o gênero de emprego que havia "no máximo era de arigó, e olha lá!", faz um paralelo com o contexto do período da entrevista (1999), o da polêmica acerca da instalação das montadoras de automóveis: "Mas essas montadoras aí, que que adianta montadora? Montadora abriram, mas os empregados vem tudo da Bahia e de São Paulo, né? [...] Todo mundo que veio trabalhar na montadora [GM] tá trabalhando aqui [Gravataí]; mora aqui mas é de São Paulo. Tem um monte ali que eu já conheci". Nos anos 80, o trabalho desqualificado e mal remunerado foi justamente o que motivou muitos destes jovens a procurarem alternativas ao trabalho fabril.

Uma segunda razão, de certo modo uma causa da anterior, é que distritos industriais com perfil produtivo específico, como é o caso do de Cachoeirinha, trabalham com mão-de-obra relativamente especializada, que necessariamente não se encontra no local onde se instalam. Já em 1982, buscando uma solução para o aumento da população das vilas de Cachoeirinha, o prefeito cogita expandir o distrito industrial do município, atraindo, preferencialmente, pequenas e médias empresas "não tão sofisticadas, para que possam absorver uma parte do chamado mercado informal (mão-de-obra não especializada, biscateiros), que vem crescendo assustadoramente na Grande Porto

71 De Toni. Ortiz, *op. cit.*, p. 71.

72 "Doormann, vinte anos servindo a comunidade", *Jornal de Cachoeirinha*, vol. II, n. 19, 20-26 abr. 1988, p. 3.

Alegre”.⁷³ Em 1988, um vereador defendeu a criação de uma escola profissionalizante com o argumento que “muitas firmas são obrigadas a recorrer à capital para contratar profissionais”.⁷⁴ Até 1987, quando abre uma escola do Serviço Nacional da Indústria – SENAI – no Distrito Industrial de Gravataí, era em Porto Alegre que os moradores dessas cidades buscavam tais cursos técnicos.⁷⁵

E, mesmo que os postos de trabalho não demandassem especialização, as empresas poderiam dar prioridade a candidatos com “currículo operário”; em suma, as vagas disponíveis poderiam ser disputadas por quaisquer trabalhadores, que, caso residissem a uma certa distância, continuariam a pressionar o sistema de transporte. Como afirma um metalúrgico, que veio de Santa Catarina para Cachoeirinha em 1972, tendo trabalhado em Porto Alegre e Gravataí: “A pessoa não escolhe muito em que cidade vai trabalhar; trabalha onde consegue emprego”. Na visão de um informante, os trabalhadores de Gravataí ou Porto Alegre teriam “um histórico operário muito maior do que aquela migração que vinha habitando Cachoeirinha”. As “vagas”, com as quais os administradores contavam para resolver tanto os problemas de transportes como os de desemprego, se criadas, não estavam garantidas para a população “local”. De resto, as próprias previsões oficiais quanto a número de empregos foram diminuindo proporcionalmente à implantação do D.I. de Cachoeirinha e com a proximidade da recessão nos anos 80: “dos 12 mil empregos previstos em 1973, passou-se a 7 mil no final da década, depois 5 mil até a concretização dos atuais 4.860 empregos diretos”.⁷⁶ E a população urbana do município – que praticamente não possui área rural – cresceu, de 1970 a 1980, período que corresponde ao da implantação do D.I., 33.400 pessoas, ou seja, quase sete vezes mais.⁷⁷

Na época, mesmo para os que reconheciam que as indústrias estavam criando os tão desejados empregos, sabia-se que elas, por atraírem migrantes e por se instalarem sem respeitar as normas de preservação

73 “Cachoeirinha: uma revolução no ensino”, *Zero Hora*, n. 6.280, 3 dez. 1982, região metropolitana, p. 28-29.

74 “Legislativo. Vereador do PMDB quer escola profissionalizante”, *Jornal de Cachoeirinha*, v. II, n. 21, 4-10 maio 1988, p. 4.

75 “Senai forma profissionais para indústrias”, *Jornal de Cachoeirinha*, v. II, n. 21, 4-10 mai. 1988, p. 3.

76 De Toni, Ortiz, *op. cit.*, p. 74.

77 *Id.*, p. 82.

ambiental, eram portadoras de outros males como poluição, violência, vilas clandestinas, ocupação de áreas verdes, etc. Em Gravataí, vários reclames apareceram já no início da década:

SENAI

Para De Toni e Ortiz, os Distritos Industriais são produto de uma visão que hierarquiza os países segundo o grau de desenvolvimento e que supõe que os países subdesenvolvidos poderiam atingir, através de etapas sucessivas e encadeadas, o desenvolvimento dos países capitalistas centrais. No Brasil, este projeto foi implementado por um Estado centralista e autoritário, com alto ônus social:

O que percebemos também é uma profunda dissociação entre a política de desenvolvimento urbano e o planejamento econômico dos distritos. Neste sentido a tônica de sua implantação serviu mais as premissas de crescimento do que de desenvolvimento econômico e social. Não poderá ser outra a conclusão se não deixarmos de investigar o grande déficit habitacional, de transportes, serviços básicos, energia, etc... presentes, hoje, nas cidades de Cachoeirinha e Gravataí, alguns estudados ao longo deste trabalho.⁷⁸

Se as indústrias traziam empregos e os empregos atraíam migrantes, o governo cogitou levar as indústrias para onde estava essa mão-de-obra, o interior do Estado, visando “diminuir o impacto negativo que as migrações causam aos poderes públicos, municipais e estadual, na Região Metropolitana”⁷⁹ solução que, na opinião de De Toni e Ortiz,⁸⁰ é equivocada, pois “o êxodo rural não se combate com indústrias nas cidades de médio porte, mas sim, com políticas econômicas e sociais voltadas para fixação do homem no campo”. A idéia presente nessa década, portanto, era a de que milhares de pessoas em um período de crise iam em busca das fábricas que existiam na região metropolitana.

As cidades operárias

Nas análises do Censo de 1980, ao mesmo tempo em que o aumento populacional das cidades da região metropolitana era explicado

78 De Toni, Ortiz, *op. cit.*, p. 109

79 “Avaliação I”, *Zero Hora*, n. 6.020, 20 mar. 1982, Executivo Estadual, p. 11.

80 De Toni, Ortiz, *op. cit.*, p. 65

em termos de êxodo rural para os “municípios-dormitórios” (visto anteriormente), a descompressão populacional na capital justificava-se porque “muitos moradores da periferia deslocam-se em direção aos municípios da Grande Porto Alegre em busca de trabalho nos vários distritos industriais que foram se formando”.⁸¹ Assim, Cachoeirinha e Gravataí, ambas com distrito industrial instalado nos anos 70, poderiam estar recebendo migrantes com expectativa de trabalhar em Porto Alegre e pessoas da periferia porto-alegrense que vieram trabalhar nos distritos. Parece haver um movimento populacional que os dados estatísticos globais não desvendam. Isto é, os dados do censo industrial, que atestam um aumento nos postos de trabalho, não nos dizem quem estava ocupando esses postos; por sua vez, o aumento da população empregada nas indústrias, revelada pelos censos demográficos, não nos esclarece onde estas pessoas estavam trabalhando. É certo que a contribuição de Cachoeirinha e Gravataí para a população economicamente ativa (PEA) da RMPA como um todo aumentou na década 70-80, pelo aumento da contribuição dos setores secundário e terciário.⁸²

São as pesquisas de “origem-destino”, realizadas pela Metroplan em 1974 e 1986, que podem melhor elucidar a magnitude e as razões do movimento pendular através das RS-020 e RS-030. Pelas tabelas que alinham “Todos os modos e motivos por dia útil”, é possível constatar que, para Gravataí, um percentual de 60% da população sempre permaneceu na cidade e que, em Cachoeirinha, o percentual da população que se deslocava para Porto Alegre reduziu-se (de 40% para 28,3%), mesmo tendo havido aumento da população. E com os dados da tabela “Todos modos e motivo trabalho”, disponíveis para 1986, verifica-se que, da população que se desloca para Porto Alegre, parcela expressiva o faz por razões de trabalho (53,1%, em Cachoeirinha e 41,5% em Gravataí). De Toni e Ortiz entendem que os dados indicam que, mesmo não possuindo “vidas econômicas” desvinculadas de Porto Alegre – como São Leopoldo e Novo Hamburgo –, Cachoeirinha e Gravataí, pelo crescimento dos setores secundário e terciário nas décadas 70 e 80, já não padeceriam dos processos de “dormitorização”.⁸³

81 “Resultados do Censo 80 saem até o próximo dia 15”, *Zero Hora*, n. 5.519, 4 nov. 1980, Geral, p. 7.

82 De Toni, Ortiz, *op. cit.*, p. 94-98

83 *Id.* p. 103.

Certamente possuindo um número de postos de trabalho superiores aos de décadas passadas, mas com migrantes que chegavam continuamente e que já não encontravam a mesma oferta de trabalho na RMPA tal como seus predecessores, Cachoeirinha no final da década de 80 oferecia um aspecto urbano pouco atrativo

A cidade não apresenta qualquer característica de “urbanidade”, no sentido de que são muito limitados os espaços onde as pessoas possam se encontrar e aparecer enquanto cidadãos. Inexistem locais públicos, como praças, passeios, centros de cultura e lazer, onde se possa veicular informações, estabelecer relações informais, diálogos, assistir a eventos culturais. Aliás, até mesmo ruas, pátios das escolas públicas, localizados nas vilas mais pobres, são com frequência, invadidos pela força policial e, bastando apenas a suspeita, pessoas são detidas e levadas à delegacia de polícia. Ao contrário da maioria das outras cidades Cachoeirinha não dispõe de área central e quem atravessa a cidade, no sentido norte-sul, percorre 5 km de um via (pavimentada) desarborizada e cercada, sobretudo, por pequenos estabelecimentos comerciais.⁸⁴

Vista como uma cidade operária, Cachoeirinha teria em comum com os bairros operários descritos por Hoggart a feiúra, ainda que nesses a ausência de beleza é de outra natureza: “ruas e ruas de casas velhas, todas iguais, interceptadas por ruelas e pátios; tudo isto de aspecto pobre, esqualido e envolto num nevoeiro permanente; uma paisagem em tons de cinzento sujo, desprovida de verdura”.⁸⁵ Outra semelhança destas cidades operárias com os bairros operários ingleses descritos por Hoggart⁸⁶ estaria em uma certa fixação residencial do trabalhador, que poderia mudar constantemente de emprego na RMPA – o que seria uma vantagem para o capital –, sem, necessariamente, mudar seu local de domicílio.⁸⁷ O que as entrevistas com moradores jovens de Cachoeirinha têm mostrado é uma mobilidade expressiva no local de emprego, porém, uma também significativa mudança no local de residência.

A “condição operária”⁸⁸ dos moradores das vilas de Cachoeirinha é afirmada em marchinhas carnavalescas que satirizam tanto sua situa-

84 Dvoranovski, *op. cit.*, p. 18

85 Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com experiências a publicações e divertimentos*. Porto: Editorial Presença, 1973 [1957], v. 1, p. 72

86 *Id.*, p. 76

87 Rigatti, *op. cit.*, p. 194

88 Weil, Simone. *A condição operária, e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ção quanto a repressão que sofreram ao reivindicar, junto ao congelamento dos preços das passagens de ônibus, a retirada da roleta da porta de entrada, mais higiene e respeito às paradas. O bloco das vilas Monte Cristo e Princesa Isabel tinha mais de 100 integrantes:

Você pensa que operário é peça/operário não é peça não/operário é de carne e osso/e precisa de muito feijão. [...]
O operário por que estás tão triste/mas o que foi que aconteceu/foi o transporte que subiu de preço/ou o teu salário que não cresceu./Vem operário, vem transformar/de ti, depende o patrão que te oprime/vê se sai desse regime/combatendo a opressão.⁸⁹

Outro aspecto da cidade, que reforça seu perfil operário, em dependência com Porto Alegre, mas sem a transformar em cidade-dormitório, são as inúmeras empresas familiares do ramo do vestuário (as “facções”) que trabalham para grandes empresas sediadas na capital:

É, tinha já bem desenvolvido isso de pequenas... pequenas empresinhas caseiras, de fundo de quintal. E isto chegou num momento que... talvez pelo motivo, pelo êxodo das pessoas de Porto Alegre prá periferia, e pelas novas relações de trabalho estabelecidas pelas grandes empresas também do vestuário, elas... elas começaram a terceirizar seus trabalhos. E aquelas costureiras que estavam a mais tempo nas empresas, era proposto um acordo de pagar indenização com máquinas e ela montar na sua casa a sua empresa e prestar serviços prá sua empregadora original; e isso se proliferou em Cachoeirinha. Tu inicia fazendo prestação de serviços, que é quando a pessoa aprende a riscar, a modelar, a cortar, a costurar, e de repente ela tá produzindo peças, né, e daí se constitui uma pequena empresa de produção. Não é uma empresa de prestação de serviços mas de produção.

É, porque ele [o ramo têxtil] trabalha, primeiro, com a categoria composta basicamente de mulheres; é 90, mais de 90% de mulheres. E... quando terceiriza ele leva para dentro da casa, acaba empregando também a mão-de-obra excedente dentro de casa, as crianças, o marido desempregado, o filho, enfim, né, acaba envolvendo todo mundo na produção. E aí... têm situações que as pessoas, para conseguir tirar o mínimo para o seu sustento, fica a família inteira trabalhando 16, 18 horas por dia, produzindo assim por preço... [trabalhador do ramo do vestuário].

89 “Cachoeirinha teve o bloco do protesto, com muito humor”. *Zero Hora*, n. 5.640, 6 mar. 1981, Carnaval, p. 92. As notícias das reivindicações e da intimidação por parte da Brigada Militar às ações dos vileiros estão em *Zero Hora*, n. 5.633, 27 fev. 1981, Geral, p. 6 e *Zero Hora*, n. 5.634, 28 fev. 1981, Ponto Livre, p. 3.

Na visão do informante, este é “um sistema de exploração altamente refinado”, pois o produtor tem que garantir a qualidade do produto, se responsabiliza pelo conserto das máquinas, mas não tem nenhum vínculo empregatício. Outro entrevistado lembra de passar a infância (final da década 70) costurando bainhas de calção; sua mãe, após trabalhar por algum tempo de *free-lancer* para uma empresa de Porto Alegre, acabou inclusive obtendo carteira assinada. Considerando que ele se recorda de acompanhar a mãe quando esta levava roupas para a empresa, pode-se sugerir que alguns deslocamentos por motivo “de trabalho” à metrópole não significa que as pessoas lá trabalhassem; na capital estava a sede do capital. A pesquisa localizou um informante que, após um acidente de trânsito em 1994, passou a trabalhar na confecção da esposa – uma confecção no fundo da casa –, que está no ramo desde 1980. Ela conta que existiam pelo menos três grandes confecções em Cachoeirinha, que faliram com o governo Collor, gerando a alternativa da compra de máquinas pelos trabalhadores para confecção caseira. Ela reconhece que o empresário que administra o sistema de facção tem a vantagem de não pagar “todos os direitos da pessoa”; mas também vê vantagens de sua parte: não pagar ônibus, estar na própria casa (vantagem especialmente para as mulheres), possibilidade de marido e mulher trabalharem juntos. Quanto à jornada, ela confirma que se trabalha de “8 às 8” e de “segunda à segunda”, mas justifica que em janeiro e fevereiro não há demanda.

Os deslocamentos que as pessoas realizam entre as cidades da RMPA, das cidades vizinhas para a capital e vice-versa, e de uma para outra, são muito complexos nem sempre mensuráveis. O próprio local de moradia pode sofrer mais de uma alteração – de uma cidade para outra – em poucos anos. Não há dúvidas que Porto Alegre, principalmente no horário “útil” tem um poder centrípeto, pois, como capital de Estado, é sede administrativa, inclusive para alguns sindicatos. Por outro lado, há toda uma movimentação interna a estas cidades, expressas nas reivindicações não só melhores condições de habitação e transportes, mas também de escolas, assistência médica, empregos, etc., que lhes dá, no próprio ato de mobilização, uma vida própria, ainda que uma passeata pudesse, sem muitas dificuldades, acabar no Palácio Piratini. Contudo, se é preciso relativizar a imagem de “cidade dormitório”, construída unicamente a partir da ótica do mercado de trabalho, a ampliação deste mercado, pela instalação das indústrias nestas cidades, confirmou o caráter metropolitano destas, nas quais não há reserva de trabalho para a população local, permanecendo o contínuo

vai-e-vem de ônibus de operários. Se a região metropolitana funciona como um grande mercado de trabalho, que é também a área de atuação dos sindicatos, as "vilas" são o *locus* a partir do qual os "vileiros" exercem sua cidadania, inclusive quando estão fora do mercado de trabalho formal.

Referências

- CARRION, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989, p. 225-250.
- DE TONI, Jackson; ORTIZ, Romeu F. *O processo de consolidação e transformação das "cidades-dormitórios" na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo dos impactos dos distritos industriais nas cidades de Cachoeirinha e Gravataí e suas relações com Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, 116 p. mimeo.
- DVORANOVSKI, Clóvis. *O processo de constituição de sujeitos políticos mediante a articulação entre o sócio-político e o religioso: as comunidades eclesiais de base em Cachoeirinha (RS), 1976-85*. Porto Alegre, UFRGS, 1990. Dissertação (mestrado) em Sociologia.
- FISCHER, Maria Clara Bueno. *Do agente ao educador popular*. Porto Alegre: UFRGS, 1987. (Dissertação de mestrado em Educação)
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Região metropolitana de Porto Alegre: informação e análise*. Porto Alegre: FEE, Metroplan, 1988.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Porto: Editorial Presença, 1973 [1957]. v. 1.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982, p. 71-93.
- RIGATTI, Décio. Formação de áreas urbanas com função de habitação na RMPA: o caso de Alvorada 1948-1980. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 1983. Dissertação (mestrado).
- TATSCH, Ana Lúcia. Impactos da crise do início dos anos 80 sobre o mercado de trabalho: um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*. FEE: Porto Alegre, nov. 1990. p.194-210.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Ed. da USP, 1968.

WEBER, Regina. *Rapazes pelas ruas: juventude operária da região metropolitana porto-alegrense nos anos 80*. 1998. mimeo. 25 p.

_____. Considerações sobre a cultura operária. *Humanas*. Londrina: Ed. UEL. v. 1, n. 1. mar. 1999, p. 45-83.

WEIL, Simone. *A condição operária, e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Fontes escritas

- Cachoeirinha Especial*, v. I, n 13, 17 set. 1980.
- Gonzatto, Marcelo. Uma década de moradias irregulares. *Zero Hora*, 13 jul. 1997, p. 32-3. Geral.
- Jornal de Cachoeirinha*. Cachoeirinha. 1987-1988.
- Zero Hora*. Porto Alegre. 1980-1989.

Fontes orais

Entrevistas com habitantes de Cachoeirinha que ingressaram em fábricas da RMPA nos anos 80, tendo nessa data entre 15 e 25 anos de idade.